

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: o papel educacional da Igreja Católica e o ensino religioso na história das Alagoas

Álvaro Queiroz

Instituto Federal de Alagoas

alvaro.queiroz62@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo central apresentar a atuação da Igreja Católica no campo da educação na história das Alagoas. Para tanto, o texto se baseia numa revisão de literatura sobre a temática abordada, bem como em pesquisas do autor em fontes documentais pertencentes ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

Palavras chaves: educação, religião, Igreja Católica.

Abstract

The main purpose of this paper is to present the work of the Catholic Church in the field of education in the history of Alagoas. Therefore, the text is based on a review of the literature on the subject, as well as on author's research in documentary sources belonging to the collection of the Historical and Geographical Institute of Alagoas (IHGAL) and the Archive of the Metropolitan Curia of Maceió.

Key words: education, religion, Catholic Church.

Historicamente, a atuação pedagógica da Igreja Católica e o ensino religioso nas Alagoas deitam raízes no tempo, atingindo mesmo o período do Brasil colônia, mais precisamente o século XVII. Nesta época, integrando o espaço geográfico da Capitania de Pernambuco, Alagoas ainda não existia como unidade político-administrativa autônoma; toda esta área era Pernambuco. Mesmo assim, a presença institucional da Igreja Católica e a oferta do ensino confessional eram marcantes e constantes no território que viria a ser o atual Estado das Alagoas.

Indiscutivelmente, os pioneiros da educação no Brasil foram os padres jesuítas. Eles elaboraram o primeiro projeto pedagógico do território brasileiro – a *ratio studiorum* – e tiveram liderança absoluta no setor educacional. Já no século XVI, os principais centros urbanos do Brasil contavam com colégios da Companhia de Jesus.

Como aconteceu na Europa, aqui também tais colégios se transformaram em centros de estudos onde se educou toda a elite do Brasil, durante o período colonial, em virtude de serem estabelecimentos de alto nível intelectual.

Altavila (1978, p. 131) afirma que “a civilização brasileira caminhou do litoral para o sertão, levando logo consigo a assistência religiosa dos padres que se incorporaram às bandeiras”. Ainda segundo ele,

Alagoas, inegavelmente, muito deve ao espírito paciente e dócil dos velhos educadores de batina (...). Logo nos meados do século XVII, as primeiras alpercatas dos jesuítas e franciscanos deixaram rastros nas Alagoas e em Penedo, os dois mais antigos núcleos da civilização alagoana, depois de Porto Calvo.

No território alagoano, como de resto em todo o Brasil, o pioneirismo no campo educacional também é da Ordem dos jesuítas. Efetivamente, os primórdios da formação mental e religiosa do povo das Alagoas remontam à escola fundada pelos padres da Companhia de Jesus, às margens do rio de São Francisco, no século XVII, em terras hoje pertencentes ao município de Porto Real do Colégio. Este estabelecimento jesuítico visava à educação e à catequese das crianças indígenas (curumins) e dos filhos dos colonos.

De acordo com Duarte (1966), os estabelecimentos educacionais da Companhia de Jesus naquela época eram de dois tipos: as escolas e os colégios. As escolas proporcionavam a alfabetização e o ensino primário – uma espécie de ensino fundamental. Por aqueles tempos, tais educandários eram denominados de escolas de primeiras letras, cujo objetivo precípua consistia em ensinar a ler, escrever e contar.

Aos colégios cabia o estudo de humanidades ou letras clássicas – algo equivalente ao ensino secundário (ou ao ensino médio da atualidade). Em alguns centros urbanos, os colégios jesuíticos ofereciam o curso de artes, que era uma espécie de ensino superior. Para os candidatos ao sacerdócio havia um curso de Teologia, abrangendo a teologia moral e a teologia especulativa. O alto nível intelectual desses colégios preparava os homens que assumiam a liderança da colônia brasileira, pois nem todos podiam dar-se ao luxo de fazer seus estudos na Europa.

Como na Capitania de Pernambuco já existiam dois grandes colégios, o de Olinda e o do Recife, os jesuítas apenas ensinavam, em terras alagoanas, as primeiras letras juntamente com a catequese. Noutros termos, o estabelecimento da Companhia de Jesus, localizado no atual município de Porto Real do Colégio, nas Alagoas, era do tipo escola, e não colégio como se pensava anteriormente, apesar da tradição popular haver mantido o topônimo Colégio.

Seja como for, em virtude da ancianidade do empreendimento jesuítico nas margens alagoanas do São Francisco, coube aos filhos de Santo Inácio de Loyola a primazia da atividade educativa nas Alagoas, ministrando às crianças daquela região os primeiros rudimentos de um ensino primário e religioso, a partir do século XVII.

No entanto, todo o labor pedagógico e catequético dos inacianos em terras alagoanas ficou pela metade, sendo abruptamente interrompido pela força do poder temporal. Em 1759, um decreto do Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, pôs fim à obra jesuítica no território brasileiro, ao expulsar os padres da metrópole lusitana e de todas as suas colônias além-mar.

Além da Companhia de Jesus, a Ordem dos Frades Menores, chamados de franciscanos, teve presença e atuação marcantes em terras alagoanas. Eles fundaram dois conventos barrocos: o de Santa Maria Madalena, nas Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro), e o de Nossa Senhora dos Anjos, no Penedo. Os filhos de São Francisco de Assis trabalharam na catequese e na missão, mas também escreveram uma página da história da educação nas Alagoas.

No século XVIII, a partir de 30 de dezembro de 1719, os frades abriram as portas dos dois conventos para ministrarem aulas gratuitas de gramática aos moradores destas plagas. Desde então, os franciscanos tornaram-se mormente educadores de várias gerações de alagoanos, que estudaram naquelas vetustas casas conventuais.

Entretanto, Craveiro Costa (2011, p. 137) aponta uma diferença fundamental entre jesuítas e frades franciscanos, pois

Aqueles exerciam o magistério, não somente nos seus colégios, exercitavam-no, persistentes e tenazes, como que procurando penetrar o cerne da população, por meio das suas escolas ambulantes; ao passo que estes, não tendo os ideais políticos da Companhia de Jesus, quase

que alheados das mundanidades efêmeras para os gozos de uma vida puramente espiritual, raramente saíam do raio da ação conventual. A quem queria aprender o que eles podiam ensinar, os frades lecionavam nos seus conventos. Mas não tinham a ânsia do proselitismo, aquele aferro ao predomínio temporal que tornou a Companhia uma potência, acima dos governos, na península ibérica.

A verdade é que, se não fosse a iniciativa de jesuítas e franciscanos nos primeiros séculos do período colonial, o atraso intelectual na gleba alagoana teria sido bem maior, pois os governantes da época não entendiam como obrigação do Estado a educação do povo. Por essa razão, Altavila (1978, p. 132) observa que a fogueira da instrução na colônia brasileira somente se manteve acesa graças ao desapego e a desambição dos padres e frades,

Uma vez que os poucos letrados que vinham de Portugal para o Brasil, com funções de Ouvidores ou Juizes de Paz, não tinham nenhum interesse pela alfabetização mameluca, preocupados que sempre estavam em agradar aos senhores feudais das capitâneas e em encher a arca com os patacões que corriam naquela época.

De fato, a instrução pública como iniciativa do Estado tardou bastante a chegar ao território alagoano. Somente após mais de um século da fundação da escola dos jesuítas no Porto Real do Colégio e oitenta anos depois que os franciscanos começaram a lecionar gramática nos conventos do Penedo e das Alagoas do Sul, foi instituído, timidamente, o ensino público na gleba alagoana, a 29 de setembro de 1799, com a nomeação de José Vitorino da Rocha para ocupar a cadeira de professor régio de primeiras letras da Vila das Alagoas do Sul (Marechal Deodoro), cargo equivalente ao de professor de alfabetização e ensino primário.

Segundo Craveiro Costa (2011, p. 31), por ocasião da chegada de D. João VI e da implantação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, em todo território alagoano somente existiam duas escolas oficiais de primeiras letras, uma em Alagoas do Sul e outra em Santa Luzia do Norte, bem como uma cadeira de latim também na sede da Comarca.

Para indicar a deficiência e o tamanho atraso da educação nas Alagoas, no alvorecer do século XIX, o mesmo autor assevera que, em 1817, na época da Emancipação Política, quando Alagoas se torna Capitania independente, separada de Pernambuco, contava apenas com três detentores de diploma de curso superior, sendo dois formados em Direito e um em Medicina (CRAVEIRO COSTA, 1928, p. 131).

Quanto ao ensino secundário, a negligência e a letargia foram ainda maiores. Apenas em 1821, quando Alagoas já houvera conquistado a sua emancipação política (1817), foi instituído o ensino secundário, de maneira incipiente e dispersa, com aulas de filosofia e geometria, na velha capital, Alagoas do Sul, atual município de Marechal Deodoro.

Enfim, convém registrar que, somente durante o governo de D. Pedro II, foi fundado o primeiro colégio público regular de nível secundário nas Alagoas. Trata-se do Lyceu Alagoano, estabelecido em Maceió, a nova capital da então Província, através da lei nº 106, sancionada pelo Presidente Provincial, Antônio Nunes de Aguiar, em 5 de maio de 1849.

É de bom alvitre ressaltar que, nas escolas públicas implantadas nas Alagoas e em todo o território nacional durante a época monárquica ou imperial, havia um ensino religioso regular, que constava mesmo no currículo escolar e era ministrado, geralmente, por professores – às vezes, professoras – leigos (as). Essas aulas de religião apareciam nos currículos com a designação de **catecismo** ou de **catecismo da doutrina cristã**. Tal fato ocorria em razão da confessionalidade do Estado brasileiro, o qual era oficialmente católico, adotando o regime de padroado régio herdado de Portugal. Assim, naquele período, o ensino religioso ministrado nas escolas públicas alagoanas era confessionalmente católico.

Todavia, em 15 de novembro de 1889, um golpe militar derrubou a monarquia e implantou a república no Brasil. A mudança de regime trouxe novos desafios à Igreja enquanto instituição. As novas lideranças políticas – à exceção do marechal Deodoro da Fonseca, que assumiu a chefia do governo provisório e se declarava católico – não inspiraram a confiança da hierarquia eclesiástica brasileira. À frente do novo regime foram postos maçons, positivistas, agnósticos, liberais e livres-pensadores, que assumiam, via de regra, posturas hostis à Igreja.

Não obstante a mobilização do clero, a república brasileira pôs fim ao regime de padroado, separando definitivamente a Igreja do Estado e instituindo o sistema de Estado laico. Mormente a primeira constituição republicana (1891) introduziu o princípio de secularização da educação, tornando leigo o ensino ministrado nas escolas públicas do país.

Sentindo-se excluída de toda relação oficial com o Estado, banida das escolas e de todos os estabelecimentos do governo, a Igreja Católica resolveu contra-atacar, “combatendo o laicismo e a impiedade, bem como todos os vícios e desvios do espírito moderno”, numa verdadeira “cruzada a serviço do Reino de Deus”. Uma das principais armas da Igreja nessa “guerra santa contra os erros modernos” foi a criação das chamadas **escolas católicas**, através das quais tentou reverter o quadro desfavorável por meio do trabalho educativo da juventude.

Dessa forma, seguindo a linha de pensamento e ação vigente no seio do episcopado brasileiro da época, as medidas iniciais adotadas pelo primeiro bispo da então diocese das Alagoas, D. Antônio Brandão, mostraram logo a sua preocupação com a educação católica e a formação religiosa da juventude alagoana. Em 1902, fundou o Seminário de Nossa Senhora da Assunção; e, para cuidar da educação da mocidade, formando-a de acordo com os princípios do catolicismo, trouxe para Maceió duas grandes congregações religiosas: as Sacramentinas e os Maristas. Aquelas instalaram, em 1904, o Colégio Santíssimo Sacramento, para atender à juventude feminina; estes assumiram a direção do antigo Colégio Diocesano (atual Colégio Marista), em 1905, para se dedicarem à formação da mocidade masculina. As Sacramentinas também atuaram no Colégio de Nossa Senhora do Bom Conselho, antigo Asilo das Órfãs, situado no bairro de Bebedouro, em Maceió.

Além das duas congregações anteriormente citadas, outras igualmente se estabeleceram na capital alagoana, para se dedicarem ao ensino católico da juventude feminina, como, por exemplo: as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo, que edificaram a Escola Doméstica Maria Imaculada, em 1932, hoje chamado de Colégio de Nossa Senhora do Amparo; as Irmãs de Santa Catarina de Sena, que inauguraram o Colégio de São José, em 1934; as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, que instalaram o Colégio da Imaculada Conceição, em 1955; e as Damas da Instrução Cristã, que fundaram o Colégio Santa Madalena Sofia, em 1966.

Ademais, devem-se mencionar também as escolas católicas fundadas por iniciativa particular de alguns clérigos da arquidiocese de Maceió. É o caso da Escola Paroquial D. Bosco, instalada na Catedral de Maceió, em 1922, pelo então cura da sé, Monsenhor Antônio Valente, para atender a crescente demanda de jovens carentes; e do Colégio Guido de Fontgalland, que atendia a juventude masculina e foi fundado em 1939 por iniciativa de dois sacerdotes alagoanos: Monsenhor Luiz Barbosa e seu sobrinho, Cônego Teófanos Barros.

Destarte, as escolas católicas não se limitaram apenas à capital, mas se espalharam por diversas partes do interior do Estado. No Penedo, o Cônego Teotônio Ribeiro instalou a Escola de Santo Antônio do Barro Vermelho, em 1911; as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras de Portugal abriram o Ginásio da Imaculada Conceição, em 1913; o Cônego Odilon Lobo instituiu o Colégio Anchieta, em 1927; e D. Fernando Gomes, segundo bispo da sé sanfranciscana, fundou o Colégio Diocesano, em 1944.

Na Palmeira dos Índios, destacaram-se sobremaneira no campo pedagógico as Religiosas do Amor Divino e os Padres do Sagrado Coração de Jesus. Aquelas fundaram o Colégio Cristo Redentor, em 1944, e estes o Colégio Pio XII, em 1946. Já em Arapiraca, as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras de Portugal fundaram o Colégio São Francisco, em 1956.

Deve-se somar também a todas essas instituições de ensino a sensibilidade pastoral e o profundo espírito de fraternidade cristã de alguns padres do clero secular alagoano, que mantinham obras de largo alcance social, inclusive no setor educacional, muitas vezes às próprias expensas. Duas dessas obras beneméritas foram: Juvenópolis e o Abrigo São João Bosco, ambas em Maceió. A primeira, fundada por iniciativa do Cônego João Pinho, e a segunda, do Monsenhor Pedro Cavalcante de Oliveira. Nessas casas, além de teto, alimentação e roupa, os meninos pobres recebiam o ensino religioso e a instrução necessária à promoção humana. Como fruto dessa formação, a sociedade recebia excelentes cidadãos, que exerciam relevantes funções: juristas, médicos, professores, militares etc.

Após, aproximadamente, três décadas atuando nos bastidores, a Igreja Católica do Brasil volta à ribalta do poder. Sua estratégia de atuar no campo da educação, para formar uma elite de leigos católicos que desfraldasse suas bandeiras, havia dado certo. A partir das décadas de 1930 e 1940, notáveis integrantes do laicato, protagonistas do

movimento da Ação Católica, começam a assumir a liderança da sociedade em importantes setores políticos, intelectuais, jurídicos e econômicos.

Em vista disso, não demorou muito para que a Igreja Católica conseguisse atingir um de seus objetivos fundamentais, a saber: o retorno do ensino religioso às escolas públicas. Afinal, desde a implantação do regime republicano, o ensino religioso fora retirado dos currículos das escolas da rede oficial, pois a república fizera sua opção pela laicização do Estado e da educação.

Nas Alagoas, o arcebispo metropolitano, D. Ranulpho Farias, que introduzira no Estado o movimento da Ação Católica, começa a preparar a Igreja local para esta nova fase. Ele organiza o Conselho de Ensino Religioso da Arquidiocese de Maceió, cujos estatutos são aprovados e assinados pelo metropolitano, em 20 de fevereiro de 1944. Por sua vez, o Governo do Estado, através do decreto nº 2.937, de 29 de maio de 1944, dispõe sobre o ensino religioso nos estabelecimentos de instrução primária da rede pública.

Segundo Holanda (2015, p. 160), “nesse período a ênfase é o ensino eficiente da religião para a vivência da doutrina cristã católica e a função do conselho era programar, orientar, inspecionar e desenvolver o ensino religioso na arquidiocese”.

Realmente, essa eficiência do ensino da religião católica nas escolas públicas alagoanas pode ser comprovada com o enorme êxito da arquidiocese de Maceió na Maratona Catequética Nacional, onde a estudante Aureme Gouveia Alves, aluna do Instituto de Educação do Estado, obteve o 1º lugar em nível nacional. Como prêmio, a estudante ganhou uma viagem a Roma para a benção do Papa Pio XII e uma peregrinação a Lourdes e a Fátima. Convém salientar que, naquela época, o Diretor Arquidiocesano do Ensino Religioso era o Monsenhor José Luís Soares.

Na concepção de Holanda (2015), outro período de efervescência do ensino religioso na rede pública do Estado se deu a partir de 1976, através da resolução nº 08, do Conselho Estadual de Educação, pelo conselheiro Luiz Medeiros Netto.

Essa resolução disciplinava o ensino religioso nos horários normais das escolas estaduais de 1º e 2º graus. E a distribuição da carga horária ficava a cargo do sistema escolar, aspecto considerado positivo, porém, em relação à exigência para os professores havia restrições,

primeiro, ter formação de magistério, curso especializado de religião, de preferência teologia e serem autorizados pela autoridade religiosa a ministrarem as aulas após a submissão de teste e entrevista de caráter doutrinário sobre a Igreja Católica Apostólica Romana, aplicados pela equipe central do ensino religioso que coordenava todo processo de implantação (HOLANDA, 2015, p. 161).

Então, visando à qualificação de pessoal para atender a essa nova demanda, o arcebispo D. Miguel Câmara criou o ITP (Instituto Teológico Pastoral), em 1975, que formou inúmeras gerações de agentes leigos para atuar em todo o Estado. O curso funcionava semanalmente, aos sábados, nas dependências do Seminário da Assunção de Maceió.

A direção do ITP foi entregue, primeiramente, ao Pe. Edivar de Moraes, que foi também reitor do Seminário. Ele permaneceu à frente do instituto até 1978. A partir de 1979, assumiu o Cônego Manoel Henrique de Melo Santana, que foi o presbítero que dirigiu o instituto por mais tempo, até 1999. Desde então, até deixar de funcionar, o seu último diretor foi o Cônego José Everaldo Rodrigues Filho.

Entre 1976 e 1998, existiam equipes de coordenação do ensino religioso, tanto na Secretaria de Estado da Educação, quanto nas Secretarias Municipais, bem como coordenadores nas unidades de ensino. De acordo com Holanda (2015, p. 164), “estas equipes eram responsáveis pela dinamização e formação de professores (as), e, certamente, foi o momento onde de fato ocorreu a formação e o acompanhamento e monitoramento desse ensino”.

Na atualidade, não existe nas Alagoas uma coordenação específica do ensino religioso. O que há é uma Gerência do Ensino Fundamental e o ensino religioso integra a Base Nacional Comum, junto aos demais componentes curriculares.

Outra lacuna lamentável é a inexistência no Estado de um curso de graduação ou pós-graduação nesta área. Isso faz com que muitos professores de ensino religioso sejam profissionais graduados em cursos como história, filosofia, ciências sociais e psicologia.

É bem verdade que, entre 2000 e 2013, o Centro Universitário CESMAC manteve um curso de graduação em Teologia em convênio com a arquidiocese de

Maceió, que formava bacharéis. Mas estes poderiam se habilitar ao exercício do magistério por meio de uma complementação pedagógica oferecida pela própria instituição. Mormente a mesma instituição de ensino superior chegou a oferecer, durante algum tempo, um curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciências da Religião. Hoje, infelizmente, nem a graduação em Teologia, nem a pós-graduação em Ciências da Religião são mais ofertadas.

Portanto, como se pode verificar por meio deste breve arrazoado, a Igreja Católica sempre atuou no setor educacional em solo alagoano, quer institucionalmente através de suas ordens e congregações religiosas, quer individualmente por meio de seus agentes leigos, religiosos (as) ou clérigos.

Ademais, através deste trabalho percebe-se claramente que, na atualidade, a necessidade de um curso de graduação (ou pós-graduação) em Ciências da Religião é uma realidade patente nas Alagoas. Urge a implementação de tal curso, a fim de melhor qualificar os profissionais destinados a esta área fundamental da educação nas escolas públicas do Estado.

REFERÊNCIAS

ALTAVILA, Jayme de. *História da civilização das Alagoas*. 7. ed. Maceió: EDUFAL, 1978.

CRAVEIRO COSTA, João. *História das Alagoas*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1928.

_____. *Instrução pública e instituições culturais de Alagoas & outros ensaios*. Maceió: EDUFAL, 2011.

DUARTE, Abelardo. *Os jesuítas nas Alagoas*. In: **Três ensaios**. Publicação do Departamento Estadual de Cultura. Maceió: Imprensa Oficial, 1966.

HOLANDA, Ângela Maria Ribeiro. *O ensino religioso e o marco da intolerância religiosa em Alagoas: episódio Quebra de Xangô de 1912*. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. (Org.). **Ensino religioso no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2015.

QUEIROZ, Álvaro. *Episódios da história das Alagoas*. 4. ed. Maceió: CBA editora, 2017.

_____. *Notas de história da Igreja nas Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2015.

VASCONCELOS, Mons. Cícero de. *4º centenário da Companhia de Jesus*. In: **Revista do IHGAL (vol. 21)**, Maceió, 1941.

_____. *Elogio histórico de Dom Antônio Manuel de Castilho Brandão: primeiro bispo de Alagoas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. *História do ensino superior em Alagoas: verso & reverso*. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. *Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias*. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.